

OS CRIADOS DA CASA IMPERIAL: CULTURA DE SERVIÇO E LIBERALISMO MODERADO (1831 – 1833)

Santiago Silva de Andrade

santiagoandrade@superig.com.br

Resumo: Este artigo pretende analisar a relação entre as práticas políticas dos liberais moderados, recém-chegados ao poder em 1831, e as referências culturais de alguns criados da Casa Imperial, especificamente daqueles que estavam ligados à Casa Real desde o início do século XIX.

Abstract: This article intends to analyze the relation between the liberal moderate's political ideas, newly arrived at the power in 1831, and the cultural references of some servants of the Imperial House, specifically of that they were tied to the the Real House since, at least, the beginning of nineteen-century.

A abdicação do Imperador D. Pedro I, em sete de abril de 1831, trouxe à tona um conjunto de contradições e conflitos relativos principalmente à tentativa de acomodação do ideário liberal em um Brasil recém-independente. Interesses diversos – representados por posturas que iam do conservadorismo erudito de José da Silva Lisboa ao radicalismo eloquente de Ezequiel Corrêa dos Santos – fizeram da imprensa e dos debates parlamentares a sua arena, onde eram postos em disputa vários projetos políticos e de hegemonia.

De fato, após 1826, data de início dos trabalhos da Câmara e ano de incrível revitalização da imprensa política, o imperador viu-se às voltas com uma oposição representada principalmente por jovens deputados das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ligados aos interesses do setor de produção e comércio de abastecimento da Corte. Esses deputados procuravam cada vez mais limitar a capacidade de ação política do Imperador e, desde pelo menos 1829, os conflitos políticos vinham se radicalizando: se três anos antes quem dava o tom das críticas eram os liberais *moderados*, a partir daquele ano os liberais *exaltados* surgiram na cena pública da Corte como facção política de fato¹.

Após o sete de abril, o grupo ligado às propostas de um liberalismo moderado tomou efetivamente as rédeas do poder, alijando a facção exaltada dos mecanismos formais de exercício da política². A *moderação* tratou também de estigmatizar aqueles que se identificaram, ou que ainda se identificavam, com o ex-Imperador: sob a alcunha de *restauradores* ficaram conhecidos aqueles que, dentre outras características, prestaram serviços de foro privado a D. Pedro I, e que ao mesmo estavam ligados por laços de dependência pessoal e de amizade³.

Na tarde do dia vinte e dois de abril de 1831 (quinze dias depois da conturbada abdicação do Imperador D. Pedro I), Bernardo José da Gama, então ministro dos Negócios do Império⁴, solicitou ao superintendente interino, José Maria Velho da Silva⁵, a elaboração de uma lista que fizesse distinção entre as propriedades pertencentes ao ex-imperador e as "nacionais", ou seja, pertencentes ao Estado brasileiro⁶. José Maria Velho da Silva, "satisfazendo assim à ordem verbal de V. Ex.^a."⁷, cumpriu o determinado, e a relação das propriedades, com as devidas separações, ficou pronta um dia depois de recebido o comunicado do ministro. Nela, o superintendente especificou quais propriedades estavam sob a supervisão da sua repartição administrativa.

Anexo ao mesmo documento, entretanto, há uma relação dos Paços e Palacetes sob a responsabilidade de João Valentim Faria de Souza Lobato⁸, criado da Casa Imperial, dentre outros títulos e ocupações. Apesar de não solicitado a respeito do assunto, José Maria Velho da Silva achou por bem discriminar quais propriedades estavam sob os auspícios de João Lobato⁹: provavelmente aquelas não pertenciam à alçada da sua administração, e o superintendente quis apenas e à primeira vista, em ato despreocupado, livrar-se da obrigação de prestar contas sobre as mesmas.

O desenrolar do enredo, porém, deixa algumas brechas para investirmos em outro tipo de interpretação. Notemos, por enquanto, que dois dos locais mais ativos da geografia dos espaços políticos¹⁰ que dividiam a corte imperial, a saber, o Paço da cidade e o Paço de São Cristóvão, estavam sob a direção administrativa de João Valentim Faria de Souza Lobato, o que equivale dizer que a movimentação da criadagem, sua contratação e demissão, suas reclamações e expectativas, enfim, estavam sob a supervisão de Souza Lobato.

Menos de um mês depois, no dia nove de maio, Manoel José de Sousa França, novo ministro dos Negócios do Império, enviou a Manuel Inácio de Andrade Souto Maior, Marquês de Itanhaém e então mordomo-mor da Casa Imperial, o seguinte ofício:

"Ilm^o. Exm^o. Snr.

Manda a Regência em Nome do Imperador que a V. Ex^a. Informe com brevidade quaes são os Criados que se fazem necessários no Paço ao serviço de sua Majestade o Imperador; declarando os nomes daqueles que se podem dispensar do mesmo Serviço, afirm de se diminuir toda a despesa supérflua que neste artigo pesa sobre a datação que a Assembléia houver de decretar ao Mesmo Augusto Senhor.

Deus Guarde a V. Ex^a. Paço em 9 de Maio de 1831.

Manoel José de Souza França

Snr. Marquês Mordomo Mor interino¹¹

No dia 5 de junho, o Marquês de Itanhaém enviou ao ministro uma relação daqueles criados que podiam *"ser despedidos sem haver falta no serviço"*¹², incluindo ainda, além dos dispensáveis, aqueles que eram *"precisos para o serviço"*¹³. Entre os indicados para a demissão, estavam nomes de figuras como Frei Antônio de Arrábida¹⁴ (Bispo de Anemúria, que ocupava a função de Confessor da Casa Imperial), Germano Lasserre (bibliotecário particular de D. Pedro I) e o próprio João Valentim de Faria Souza Lobato, figura que servirá de exemplo ilustrativo dos argumentos que pretendo apresentar aqui¹⁵.

Para entendermos melhor a reputação que tais figuras gozavam no contexto da década de 1830, e como tal imagem se formou, é necessário que voltemos ao período joanino.

A transferência da família real de Portugal para o Brasil, em 1808, já foi alvo de inúmeros estudos. Resumidamente, a instalação da corte lusitana (talvez o termo *corte lisboeta* seja o mais correto), com um abrupto acréscimo de cerca de 15.000 pessoas a uma insalubre cidade tropical, trouxe à vida cotidiana do Rio de Janeiro uma série de questões e problemas que, se de um lado demandaram a produção de políticas administrativas que garantissem condições minimamente compatíveis com o estatuto social da nova população, por outro, implicaram no início de uma redefinição, por parte das camadas urbanas médias e populares da cidade, das suas estratégias de sobrevivência e das suas perspectivas, uma vez que a proximidade concreta com o Príncipe Regente e a sua comitiva poderia significar a abertura de um amplo leque de possibilidades para a realização de expectativas as mais diversas¹⁶.

Vejamos, por exemplo, a seguinte queixa protocolada por moradores da cidade do Rio de Janeiro em 1819:

"Senhor

Dizem os moradores desta Cidade que elles suptes. se vem na maior consternação possível, pella falta de Galinhas, e mais criação de penas para o socorro dos enfermos particulares, pois por dinheiro algum as podem encontrar se não em mão do Galinheiro da Real Ucharia. Os habitantes desta Corte Real, Senhor, são contentes com a maior satisfação que a Real Ucharia tenha a preferência com a maior abundância possível, mas não que o Galinheiro a título della faça os maiores insultos possíveis, que he andar com atravessadores pelos os recôncavos desta Cidade tomando e hapeendendo toda a criação a título de contrato (...)"¹⁷

O requerimento ainda explicava que os "atravessadores" procuravam auferir vantagens econômicas, *"vendendo a criação ao povo por preço avantajado de 1\$120, 1\$040, 1\$000 e \$960 a cabeça, e isso raras vezes"*¹⁸, o que indica que funcionários da Ucharia ("atravessadores") estavam atentos à possibilidade de utilizar seus privilégios reais diante das dificuldades diárias que os súditos atravessavam¹⁹.

Ao lado desta imagem pejorativa que assumiram os funcionários reais diante dos olhos da população, havia outra, esta positiva, na qual o serviço real figurava como uma oportunidade e como uma honra. Mais uma vez, quem nos apresenta tais sentidos é Manuel Antonio de Almeida:

*"(...) lhe tinha achado um excelente arranjo que o habilitava (...) a um grande futuro, era arranjo de servidor na ucharia real. Deixando de parte o substantivo ucharia, e atendendo só ao adjetivo real, todos os interessados (...) regalarão os olhos (...) Empregado na casa real?! oh! isso não era coisa que se recusasse (...)"*²⁰

Os criados da Casa Real/Imperial, porém, não formavam um corpo homogêneo, e não raras diferenças exacerbavam-se, como quando os resposteiros da Casa Real se envolveram numa espécie de conflito jurisdicional com os meirinhos da Câmara, por ocasião da festa religiosa da procissão do Corpo de Deus²¹. Esse evento exemplifica a heterogeneidade que havia no conjunto de servidores reais e o labiríntico emaranhado de hierarquizações entre os vários cargos da burocracia e dos servidores da Casa Real.

Foi dentro desse conturbado contexto que se conformou uma das imagens pela qual os criados da Casa Real (após a independência, em 1822, denominada Casa Imperial) ficariam conhecidos, principalmente após o advento do 7 de abril de 1831: a de representantes do "tempo do rei", para usar uma expressão que Manuel Antonio de Almeida cunharia 20 anos depois, com toda a carga negativa que tal memória política encerrava e que o discurso *moderado* pós-abdicação já procurava enquadrar como resultado do "despotismo absolutista" do ex-imperador D. Pedro I.

Não se trata, aqui, de associar de maneira estreita os criados da Casa Imperial ao Antigo Regime, mas sim de perceber as sutilezas de um discurso político que, de forma bastante hábil, procurou qualificar a prática do serviço doméstico real como elemento prejudicial à efetivação da modernidade política brasileira. Além de lutar pela centralização administrativa e política, os liberais moderados procuraram construir sua hegemonia através de uma interpretação negativa do Primeiro Reinado, utilizando para isso a vigorosa imprensa da época: o "absolutismo" de D. Pedro contrastava, assim, com a "liberdade" promovida pelo 7 de abril e pela adoção da postura *moderada*.

Não é de se estranhar, portanto, a solicitação de Manoel José de Sousa França ao Marquês de Itanhaém, a que fiz alusão algumas páginas acima, nem a precaução que tomou João Maria Velho da Silva ao discriminar quais as áreas administrativas de João Faria de Souza Lobato. O primeiro, ministro dos Negócios do Império, procurava administrar sua ação em duas direções: conhecer, mais detalhadamente, a disposição em que estavam distribuídos os criados, e, por outro lado, neutralizar de uma só vez as ações de possíveis lideranças ligadas ao modelo político do primeiro reinado, como Frei Antônio de Arrábida e João Faria Lobato, homogeneizando assim um cenário de diferenças latentes. O segundo, superintendente interino, cioso por manter suas prerrogativas e sensível o suficiente às variações do clima político que então mudava de tom (e que adquiria um tom cada vez mais *moderado*), identificou prontamente João Faria de Souza Lobato, àquela altura Mordomo da Casa Imperial, como provável *persona non grata* nas reformas administrativas que os adeptos da *moderação* tentavam implementar.

A tentativa de demissão, pelo menos no caso de João Faria Lobato, esbarrou na provável interferência de José Bonifácio de Andrada e Silva, que naquele momento ainda não havia sido desarticulado por seus inimigos políticos, fato que aconteceria apenas dois anos e meio mais tarde. Em uma ordem enviada ao tesoureiro da Casa Imperial em 20 de setembro de 1831, José Bonifácio escreveu:

"O Thesoureiro da Casa Imperial meta em folha ao Conselheiro João Valentim de Faria Souza Lobato, Mordomo da Casa Imperial e Administrador della, com o vencimento de dous contos de réis annuaes, que serão pagos mensalmente, a vencer desde o primeiro de septembro do corrente anno; e igualmente lhe deverá saptisfazer o Ordenado que venceu em os dous meses de Julho e Agosto no dito, que serviu effectivamente, quando as circunstâncias o permitirem.

Rio de Janeiro 20 de Septembro de 1831

Dr. José Bonifácio de Andrada²²

No estágio atual de minha pesquisa, não consegui reunir evidências suficientes que me permitissem determinar se José Bonifácio de Andrada e Silva interferiu ou não, e de que forma, na tentativa de dispensa dos criados do Paço que tiveram seus nomes anotados na lista elaborada por José Maria Velho da Silva. O fato é que João Valentim de Faria Souza Lobato permaneceu no cargo e que a ordem de José Bonifácio foi cumprida à risca, como atesta o recibo assinado por João Valentim em 20 de outubro de 1831, no valor de 500\$000 (quinhentos mil-réis)²³.

A relação entre os criados da Casa Imperial²⁴ e a direção *moderada* foi permeada por tensões constantes. Os primeiros eram vistos como agentes do ex-imperador, uma vez que em sua grande maioria tinham estado sob o serviço da Casa Imperial desde o primeiro reinado, e em alguns casos tal relação de serventia remontava à fins do século XVIII, ainda em Portugal. Principalmente no que tange a estes últimos (entre os quais se incluem João de Souza Lobato e o frei Arrábida) estavam os criados informados pelo que Pedro Cardim chamou, para o século XVI, de "cultura de serviço"²⁵: ao estabelecer critérios de consideração social sobre o prestígio associado ao serviço na Casa Real/Imperial, a monarquia desenvolveu a capacidade de aglutinar e atrair clientela e assim consolidar essas dependências pessoais, no firme propósito de "*criar um bloco coeso e resistente no qual (...) se poderia apoiar*"²⁶. Ainda são precisos estudos mais sistemáticos no que diz respeito a como tal estratégia foi desenvolvida nas primeiras décadas do século XIX no Brasil.

Forjados sob tais práticas culturais e políticas típicas do Antigo Regime, alguns criados também souberam fazer uso dos instrumentos de modernidade política que estavam em estágio efervescente no Brasil daquela década; um desses instrumentos era a utilização do espaço da rua como local de contestação (muitas vezes de forma violenta) e como maneira de dar maior peso e visibilidade aos conflitos políticos.

Os anos de 1832 e 1833 assistiram duas dessas ocasiões. A primeira foi em 17 de abril de 1832, e a segunda em 15 de dezembro de 1833. Os dois movimentos contaram com a participação de criados da Casa Imperial e, apesar de estarem reunidos sob a classificação de *caramurus*, exprimiram demandas e contextos políticos bem diferentes.

Passemos a uma rápida descrição do primeiro. Em abril de 1832, elementos oriundos da classe militar (estrangeiros e brasileiros) e da criadagem da Casa Imperial, com um "*faço vermelho no peito (...) para se reconhecerem e defenderem*"²⁷, reuniram-se na Quinta da Boa Vista, segundo as acusações, e com um total de 250 homens²⁸, entraram em confronto com as forças imperiais, comandada pelo Major Luis Alves de Lima. Uma das figuras de maior destaque naquele confronto foi o Barão de Bulow, personagem constante nas escaramuças que sacudiram as ruas da Corte entre os anos de 1831 e 1833 e identificado como um dos líderes *caramurus* no Rio de Janeiro.

Interessante notar que, debelado o movimento de abril de 1832, Bulow escondeu-se durante alguns dias na biblioteca da Quinta da Boa Vista, que estava sob a responsabilidade do bibliotecário Germano Lasserre que, como vimos, estava no plano de demissões do Ministro dos Negócios do Império em 1831. Havia uma rede de solidariedade entre os criados do paço e os militares, que ainda está por ser estudada com mais atenção.

A "conspiração" de 15 de dezembro de 1833 também ainda não foi suficientemente esclarecida²⁹. O que podemos afirmar é que estava intimamente relacionada com a destituição de José Bonifácio de Andrada e Silva do cargo de tutor e com a destruição da sede da Sociedade Militar, instância associativa que congregava *caramurus* das mais diversas origens, apesar do nome.

Através de uma formidável campanha difamatória, principalmente através dos periódicos, os moderados mobilizaram ação popular, judiciária e militar, virando um jogo de forças que ameaçava, naquele momento, pender demasiadamente para a balança *caramuru*. No dia 15 de dezembro de 1833 foram achadas, pelo juiz de paz Luiz Francisco Pacheco, no paço de São Cristóvão, algumas baionetas, espingardas, pistolas e munição em relativa quantidade. Além disso, foram efetuadas diversas prisões em toda a cidade do Rio de Janeiro.

O processo instaurado informa que no total 17 "empregados do Paço" estavam envolvidos na "conspiração"³⁰. Aliás, o próprio José Bonifácio de Andrada foi acusado de conivência com os "conspiradores" e se tornou réu no mesmo processo.

No período imediatamente posterior à abdicação, os *moderados* habilmente associaram os criados da Casa Imperial à imagem do elemento português, que por sua vez era visto como causa de todas as mazelas nacionais. Tal imagem, porém, viria apenas somar-se a uma memória negativa que a população urbana da Corte, sujeita aos desmandos dos funcionários reais desde 1808, tinha dos mesmos.

Laura de Meilo e Souza chamou a atenção, mesmo que rapidamente, para o "papel central dos criados numa sociedade marcada pelas relações paternalistas e provincianas"³¹. Os estudos no Brasil, infelizmente, não têm atentado para a importância de tal faceta da construção do Estado Imperial.

Apesar de sujeitos a uma desvantagem estratégica diante dos seus inimigos, que comandavam os instrumentos formais de disposição do poder, os criados da Casa Imperial muitas vezes lograram êxito na defesa dos seus interesses e provavelmente José Bonifácio de Andrada e Silva foi um elemento importante na articulação dos horizontes daqueles que se viam na iminência de terem destruídas prerrogativas que reconheciam, naturalmente, como perfeitamente legítimas.

Tais prerrogativas continuaram incomodando diversos personagens no decorrer da década de 1830.

Francisco de Lima e Silva, homem extremamente atuante no cenário político do primeiro reinado e regências, escreveu uma carta ao menino imperador, logo após sua coroação, em 1840. Dentre os diversos conselhos que ele oferecia ao jovem D. Pedro II, Lima e Silva recomendava "um decreto proibindo o uso do beija mão, costume bárbaro que as luzes do século 19 reprovam" e outro decreto "mudando o nome dos criados aos camaristas, veadores, guarda-roupas, moços da câmara, em aquele de funcionários da coroa"³².

Sinal dos tempos: tempos que passavam e outros tempos que teimavam em permanecer.

¹O liberalismo radical que surgiu na Corte era diferente do radicalismo já existente nas províncias de Pernambuco e Bahia. Para essa diferença veja BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial (1829-1834)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2000.

²Os exaltados eram minoria na Câmara dos Deputados, e sua ação política, de forma geral, deu-se através de espaços políticos alternativos, como as ruas e a imprensa.

³Obviamente, os caramurus/restauradores não formavam um grupo político homogêneo, e explicação das diferentes nuances de suas características mereceria um artigo à parte. Para efeito de argumentação, quis apenas ressaltar aqui a relação entre o serviço na Casa Imperial e a identidade política caramuru.

⁴Detentor do título de visconde de Goiana, Bernardo José da Gama fez parte do *ministério dos brasileiros* demitido por D. Pedro I no dia 5 de abril de 1831, fato que causou grande descontentamento entre os opositores do imperador e catalisou as ações que levariam à sua abdicação, dois dias depois. Ironicamente, após assumir a pasta dos Negócios do Império no dia 7 de abril daquele mesmo ano, seria substituído, dezoito dias depois, por Manuel José de Sousa França.

⁵Subordinado à Superintendência das Imperiais Quintas e Fazendas.

⁶Esse problema, por sinal, parece ter sido questão recorrente na época. Uma anedota atribuída ao marquês de Barbacena pode sugerir-nos o tom de uma das opiniões vigentes naquele momento; escreveu o marquês: "(...) A Regência mandou hontem o Ministro da Marinha a bordo offerecer ao Ex Imperador dois navios de guerra para seo transporte, que elle não aceitou, pedindo que applicassem essa despesa a beneficio de vários pobres que elle sustentava. Chorou muito por deixar a sua pátria adoptiva, e no meio de soluços e lágrimas foi dizendo ao Ministro que como para seu filho havia ser preciso algumas parelhas de cavallos, e carruagens, que elle venderia tudo a Regência, porque tudo era seu, e não da Nação. Eis aqui o homem tal qual Deus o fez!". Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Carta do Marquês de Barbacena 7/4/1831. Loc: 40-4-29.

⁷Arquivo Nacional – RJ. Fundo Casa Real e Imperial Mordomia-Mor. Caixa 5, Pacote 1, Documento 7.

⁸João Valentim de Faria Souza Lobato nasceu em Portugal e veio para o Brasil em 1808, com a transferência da Corte portuguesa. Assim que aqui chegou foi nomeado Moço da Câmara Real, acumulando ainda as funções de Preste do Serviço do Paço, Servidor de Toalha (1819) e Guarda-joias (1822) e os títulos de Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição (1818), Coronel Graduado adido ao Estado-Maior (1811), Cavaleiro Fidalgo da Casa Imperial (1820) e Comendador da Ordem de Cristo (1821). Cf. Biblioteca Nacional/Seção de Manuscritos – RJ. Coleção Documentos Biográficos, C-673,33; MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 272.

⁹Eram elas o "Paço da Cidade, Paço de São Christóvão, Palacete do Caminho Novo, Palacete onde esteve o Marquês de Loulé, Pequena Chácara dos Arcos, Palacete de Botafogo, Palacete de S. Domingos, Palacete da Praia Grande, Chácara do Macaco, a casa na cidade que serve de Thesouro, Palacete da Ponta do Caju, Palacete de Santa Cruz". Idem.

¹⁰No sentido proposto por MOREL, Marco. *La formation des espaces publics modernes à Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs et sociabilités*. Tese de doutorado em História, Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), 1995.

¹¹Arquivo Nacional – RJ. Fundo Casa Real e Imperial Mordomia-Mor. Cx. 5, Pc. 1, Doc. 10.

¹²Arquivo Nacional – RJ. Fundo Casa Real e Imperial Mordomia-Mor. Cx. 5 Pc. 1 Doc. 15D.

¹³IDEM.

¹⁴Segundo Octávio Tarquínio, Frei Arrábida, " (...) lente e bibliotecário do convento de Maфра, tomara-se íntimo do regente D. João (...) e desde 1800 era ouvido não só em assuntos de interesse privado como de natureza política". SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*, vol. II, tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 44. Arrábida fora também, à época da infância de D. Pedro I, um dos encarregados da sua educação, e veio para o Brasil na mesma nau que o infante D. Pedro, aos 36 anos de idade. Segundo o historiador norte-americano Neill Macaulay, "frei Arrábida foi a única pessoa que influenciou, por algum tempo, o pensamento e as ações de D. Pedro adulto"; afirmação exagerada, mas não sem algum fundo de verdade. MACAULAY, Neill. *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.201. Além disso, ocupou o cargo de Censor Régio, de acordo com o decreto real de 27 de setembro de 1808. Cf. BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 144.

¹⁵No total, foram incluídos 47 nomes na lista de "criados dispensáveis" (com uma despesa mensal de 1:617\$565) e 57 na de "criados necessários" (significando um gasto mensal de 1:704\$193). A relação elaborada por Itanhaém separou os criados de acordo com as suas respectivas funções: porteiro-mor, confessor, capelão, esmoler-mor, varredor, etc.

¹⁶Cf. SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles. Empire, monarchy and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. Routledge: New York/London, 2001. Especialmente os capítulos "The New City of Rio de Janeiro: Reconstructing the Portuguese Royal Court" e "'Tropical Versailles': The Politics of Monarchy in the New World".

¹⁷Biblioteca Nacional – RJ. Requerimento reclamando da falta de galinhas no mercado e solicitando providências contra o galinheiro da ucharia real que arrematava toda a criação de penas, 1819. Loc: II 30,24,25/ Seção de Manuscritos.

¹⁸IDEM.

¹⁹O exemplo dado por Manuel Antônio de Almeida acerca dos meirinhos no período joanino é ilustrativo: "Colocado sob a importância vantajosa destas condições, o meirinho usava e abusava de sua posição. Era terrível quando (...) o cidadão esbarrava com uma daquelas solenes figuras que, desdobrando junto dele uma folha de papel, começava a lê-la em tom confidencial!". ALMEIDA, Manuel A. de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: O Globo, 2004, p. 12.

²⁰ALMEIDA, Manuel Antônio de. op. Cit. p. 206.

²¹Biblioteca Nacional – RJ. Reposteiros da Casa Real. Pedem providências contra os meirinhos da Câmara pelos vexames sofridos na procissão do Corpo de Deus. Loc: II-30,24,27, nº 005/Seção de Manuscritos.

²²Arquivo Nacional – RJ. Fundo Casa Real e Imperial Mordomia-Mor. Cx.5 pc.1 doc. 46.

²³Arquivo Nacional – RJ. Fundo Casa Real e Imperial Mordomia-Mor. Cx. 5 pc.1 doc. 60.

²⁴A confusão entre as denominações "servidores do Paço", "criados do Paço" e "criados da Casa Imperial" é constante em alguns documentos, talvez pelo fato do Paço ser identificado como lugar central de tomadas de decisões. De qualquer forma, tal confusão é matéria para um estudo mais aprofundado.

²⁵CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos*. In: Revista Tempo, UFF, vol. 7, n.13, pp. 13-57, julho 2002, p. 44.

²⁶IDEM. p. 46-47.

²⁷AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Motim político de 17 de abril de 1832 no Rio de Janeiro*. In: Revista trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, t. XXXVIII, parte 2. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1875, p. 134.

²⁸IDEM. p. 133.

²⁹Cf. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Motim político de dezembro de 1833 no Rio de Janeiro: remoção do tutor do Imperador*. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, t. xxxix, parte 2. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1876.

³⁰Biblioteca Nacional – RJ. Autos de um processo referente ao julgamento dos implicados na conspiração dos servidores do Paço em 15 de dezembro de 1833. Fevereiro-Março de 1835. Loc: II-34,36, 2/Seção de Manuscritos.

³¹SOUZA, Laura de Mello e. *Fragments da vida nobre em Portugal setecentista*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádya Batella (orgs). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 81.

³²Museu Imperial – Petrópolis. Maço 100, doc. 4941.